



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

A eleição de “heróis” pioneiros na revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do paraná

Ronaldo Zatta¹

Leomar Rippel²

Resumo: *As construções ideológicas e idealistas de representantes públicos, através de recortes meramente etnológico, interligadas com a exaltação e glorificação da Revolta dos Posseiros na região Sudoeste do Paraná foram intensificadas na última década por parte das autoridades regionais constituídas, o que tem chamando atenção dos cientistas sociais. Neste sentido também fomos inspirados a discutir a relação da construção destes personagens de vínculos “pioneiristas” como consolidação, sedimentação, da memória oficial regional, levando em consideração que o imaginário pode atuar como força reguladora da vida coletiva. Nosso artigo pretende discutir sobre os heróis “colonizadores” provenientes do Rio Grande do Sul quais foram considerados os heróis pioneiros pela memória oficial regional por terem tido uma atuação diferenciada durante o conflito social conhecido como a Revolta dos Posseiros em 1957.*

Palavras-chave: *memória, herói, pioneiro.*

Abstract: *The public representatives' ideological and idealistic constructions, through cuttings merely ethnical, interlinked with the exaltation and celebration of the Revolt of the Leaseholders in the Southwest area of Paraná they were intensified in the last decade on the part of the constituted regional authorities, what is drawing attention from social scientists. In this sense we*

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: ronaldozatta@yahoo.com.br

² Mestre em História Regional da Universidade de Passo Fundo (UPF) e professor da Faculdade de Ampére (FAMPER). E-mail: leomarrippel@hotmail.com

were also inspired to discuss the relationship of the construction of these characters together “firsts” such as consolidation, sedimentation, regional official of the memory, taking into consideration that the imagination can act as a regulatory force of collective life. Our article discusses about the heroes of “settlers” from Rio Grande do Sul which were considered heroes by the memory pioneers regional official for having a different during social conflict known as the Revolt of Squatters in 1957.

Key - words: *memory, hero, settlers.*

I. Introdução

Assistimos nas últimas décadas a constituição de políticas de memória voltadas à exaltação e glorificação da Revolta dos Posseiros de 1957 na região Sudoeste do Paraná, percebemos ainda que tais políticas se intensificaram a partir de 2007, após as comemorações do seu cinquentenário. Desta forma, vem ocorrendo diversas manifestações por parte do poder político e econômico regional intitulado o “*pioneiro*” como símbolo do “labor, progresso, desenvolvimento e trabalho”. Entretanto, o que chama atenção é a utilização da Revolta dos Posseiros para a promoção destes signos e de um imaginário social,³ pioneirista não reivindicada pelos que são homenageados (posseiros) e sim construídos em torno deles.

Neste trabalho pensamos o termo “pioneiro” como sendo a representação pela qual o poder público regional está apresentando homens e mulheres como sendo os primeiros habitantes a jazer no Sudoeste paranaense, em específico para este estudo, na cidade de Francisco Beltrão-PR, sendo estes considerados responsáveis pelo progresso e desbravamento da área.

³ Adota-se, como compreensão de imaginário social, toda construção imagética da realidade social a qual os indivíduos estão inseridos, como sendo uma representação da realidade de uma determinada sociedade resultante de uma luta permanente entre grupos sociais. As frações dominantes que resultam dessa disputa organizam formas culturais, econômicas e políticas de perpetuar sua representação ideal do real, que legitimam o exercício de dominação. É no imaginário social que as “sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro [...] O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos” (CARVALHO, 1990, p. 11).

II. O ideal de progresso e o suposto pioneirismo

As políticas de memória votadas à exaltação e à glorificação da “revolta dos posseiros” na região Sudoeste do Paraná, intensificadas nas últimas décadas por parte das autoridades regionais constituídas, vêm chamando atenção dos historiadores e estudiosos da memória. Neste sentido, a construção constituição de políticas de memória de vínculos “*pioneiristas*” como consolidação e sedimentação da memória oficial parece ser pensada com finalidades políticas.

De acordo com Rippel, as “representações sociais construídas/forjadas em torno do “*pioneirismo*” colonizador são dada como universais, únicas e certas, elas são determinadas pelos interesses dos grupos políticos e econômicos que o forjaram” (2012, p. 80). Nesse sentido, Chartier nos diz que, as “lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Parece evidente e ao mesmo tempo inegável que vários consideraram a região Sudoeste do Paraná antes de 1940 como sendo um vazio demográfico, ou “terra de ninguém”. Em consonância com essa concepção Wachowicz, afirma no “início do século XX, o Sudoeste Paranaense, de Mariópolis até a fronteira Argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico.” (1987, p. 55). Percebe-se, por parte do autor, a não alusão sobre presença de grupos humanos que jaziam o Sudoeste paranaense, o qual foi designado de imenso “vazio demográfico” ou “espaço vazio”.



Imagem 1. Inauguração da ponte sobre o rio Marrecas, Glauco Olinger (usando chapéu está o administrador da CANGO) e Rubens Martins (o primeiro prefeito de Francisco Beltrão) recebem um considerável grupo de indígenas do Toldo de Jacutinga.

Fonte: Acervo da Secretaria da Cultura de Francisco Beltrão – PR, concedida por Tânia Maria Penso Ghedin – Departamento de Cultura do Município de Francisco Beltrão – PR.

Porém, não é o que encontramos em outras bibliografias e fontes primárias consultadas (imagem 1) sobre o referido tema, sendo praticamente impossível negar que esse território era ocupado pelos índios Kaingang e caboclos, e, além disso, sua presença não se limitava somente ao Estado do Paraná, mas também, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Segundo Ribeiro,

esses índios que viviam em recesso nas matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina eram conhecidos com Guainá, Bugres ou Botocudos, de língua Kaingang. Al-

guns deles habitavam a orla das matas, haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do sul e sobreviviam nos capões de mata, desde os campos de Guarapuava, Ivaí, e Palmas até o Rio Grande do Sul (1982, p. 10).

A galvanização de uma representação onde o Sudoeste paranaense se encontrava desocupado ou destituído de pessoas adestradas para elevá-lo ao estágio do progresso econômico é atribuída à dilatação do capitalismo que “incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo, desmistificando a noção de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista”. (MOTTA, 1994, p. 9). Como explica a historiadora Sara Ribeiro (2005), que

os responsáveis pela projeção do imaginário das *terras virgens*, bem como pelo surgimento do mito do *pioneiro colonizador*, são agentes determinados da sociedade nacional. Através de discursos e ações, estes núncios dos poderes instituídos, dentre os quais se incluem as companhias colonizadoras, representantes governamentais, os geógrafos dos anos de 1930 a 1950 e historiadores desta mesma época, vinculados às Universidades e voltados para a pesquisa de temas paranaenses, fornecem o substrato que legitima a atuação dos conquistadores contemporâneos. (RIBEIRO, 2005, p. 28).

A presença dos indígenas e do caboclo que já ocupavam o Sudoeste do Paraná desde tempos imemoriais é irrelevante para os sulistas, para as políticas de memórias oficiais eles não constitui uma construção histórica, negando-lhes a possibilidade de serem reconhecidos como sujeitos na história regional, e por extensão tampouco podem/devem ser reconhecidos como agentes históricos regionais.

Estudando a historiografia da Revolta de 1957, Éverly Pegoraro, amparadas em pesquisas acadêmicas, é contundente em afirmar que historicamente os primeiros habitantes da região não foram os colonizadores sulistas, os ditos “pioneiros”, mas sim indígenas, seguidamente pela frente de ocupação cabocla. Mas que acabou prevalecendo foram as rela-

ções estabelecidas entre colonos e comerciantes, expulsando pouco a pouco os indesejáveis da área. (PEGORARO, 2008, p. 128).

Pois a figura do migrante sulista se adapta melhor ao discurso na construção de uma memória oficial, já que seus descendentes constituem a grande maioria da população. Dessa forma, eles se ajustam melhor aos interesses dos grupos políticos da área discutida, sendo oriundos do sul do país, onde trazem contigo a ideia de desenvolvimento e progresso gaúcho⁴, considerados em seus discursos como em estágio de desenvolvimento cultural mais avançado. Exaltar a descendência sulista-católica colonizadora como feito na imagem 02, esquecendo outros grupos étnicos, é massagear o ego dos seus descendentes. Alienar a população através da memória coletiva é uma ação política de poder que facilita a condução em momentos oportunos, como os períodos eleitorais.



Imagem 2. As primeiras frotas veiculares para transporte de cargas. Sinônimo de prosperidade e riqueza, a colonização teria rendido bons frutos pelo modelo capitalista de ocupação territorial e colonização na faixa de fronteira.

Fonte: Projeto Memória - Portal da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – Pr.

⁴ O Sudoeste paranaense foi colonizado por rio-grandenses e catarinenses, portanto o termo gaúcho se refere aos que possuem a cultura gaúcha e não em específico às pessoas nascidas no Estado do Rio Grande do Sul, que seriam os rio-grandenses.

Em todo o Sudoeste paranaense, o poder público municipal está produzindo uma história escrita da cidade com o intuito de destacar a origem e fortalecer o enaltecimento de determinados atores do passado. Sendo assim, reelaborar o passado, “não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado, funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro.” (GONDAR, 2009, p. 17).

Algumas obras, de cunho memorialista, financiadas pelo poder público regional apresentam os líderes da Revolta de 1957 como “heróis”, ou personagens destacáveis, pelos atos de bravura desempenhados por ocasião de sua participação no conflito social. Essas lideranças são oferecidas à memória oficial regional como se não tivessem interesses particulares com o conflito. Podemos citar neste caso o livro de Sitillo Voltolini intitulado *Retorno 2 – Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*, (1ª Edição em 1993 e 2ª Edição em 2003).

A obra que faz parte do projeto Resgate Histórico de Pato Branco, onde afirma que:

Dr. Walter Alberto Pécoits, que figura entre as mais brilhantes bandeiras que vanguardearam a vitória do colono sudoestino em 57 (...) bateu firme e pesado em Lupion, como se ainda estivesse sentindo na carne todo o sofrimento por que passou ele e todos quantos o ladearam naqueles momentos de dor e de grande angústia. (VOLTOLINI, 2003, p. 326).

Além disso, o autor ainda considera os posseiros como um grupo desorganizado, que agiam pelo impulso, e que apenas lograram êxito devido à influência e comprometimento do que ele chama de “grandes lideranças”. (VOLTOLINI, 2003, p. 326).

Desta forma, existe a

procura por pioneiros/heróis tal qual a história da colonização americana. Existe uma necessidade de construir uma história para essas novas cidades, ressaltando as potencialidades econômicas do local e, reche-

ada de feitos grandiosos e heróicos dos que são escolhidos e apontados por essa mesma história como pioneiros, os primeiros a chegarem ao local. (HEINST, 2007, p. 6).



Imagem 3. Walter Albertus Pecóits - Líder civil da Revolta de 1957 e delegado nomeado após o conflito. No detalhe, armamento apreendido dos jagunços.

Fonte: Acervo Departamento de Cultura de Francisco Beltrão – Pr.

A referência ao “pioneiro” no Sudoeste paranaense tem como principais alegorias simbólicas o migrante católico pobre, procedente do Estado do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, onde através do bom cultivo da terra ou da realização de bons negócios atinge o enriquecimento próprio, e conseqüentemente o desenvolvimento econômico regional. Com o poder econômico dentro de um grupo que valoriza o bem material, tais atores conseguiriam o prestígio e o reconhecimento social sendo eleitos para fazerem parte da memória da cidade, silenciando a memória de qualquer um que não seja membro do arquétipo esperado.

Nem todos que ajudaram construir a região num lugar próspero lograram êxito financeiro e econômico! As ditas famílias influentes, os grandes cidadãos regionais não construíram riqueza material negociando ou trabalhando a partir de um marco zero. Em sua grande maioria, contavam com investimentos iniciais advindos do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina.

Partindo da construção simbólica do pioneiro, é com base na vasta bibliografia referente ao conflito social conhecido como Levante de 1957, Revolta dos Colonos, Revolta de 1957, ou pela nomenclatura atualmente mais utilizada de Revolta dos Posseiros, que buscou-se levantar quais são as personalidades reconhecida pela História Oficial como os heróis ou figuras destacáveis deste conflito social.

A partir deste momento, através dos estudos de memória, buscou-se analisar como foram construídos tais representantes políticos e a sua função didática - social na elaboração de uma história homogeneizada e dada como coletiva pelas autoridades regionais instituídas.

III. A eleição dos heróis

Félix em seus estudos sobre história e memória nos alertara sobre as “*zonas de sombras*”, ou seja, os silêncios e não-ditos, originados pelos discursos que são decorrentes da angústia de não encontrar escuta, demonstrando o medo dos indivíduos ou dos grupos sociais de serem punidos ou de se exporem a mal entendidos. Por isso o historiador deve estar vigilante quanto a “o uso do esquecimento com a possibilidade de manipulação da memória e suas apropriações por interesses políticos”. (FÉLIX, 2004, p. 45). Além do mais o trabalho de construção do esquecimento pelos grupos é fundamental por que se trata da eliminação de lembranças individuais que os grupos não interessam mais. (TEDESCO, 2004, p. 210)

Exemplificando a teoria dos especialistas em estudos de memórias acima exposto, analisamos alguns casos de sedimentação/galvanização da memória com devidos recortes e manipulação na História Regional. O primeiro deles é a denominação da Avenida Julio Assis Cavalleiro no

ano de 1953, avenida principal de Francisco Beltrão - Pr. Julio Assis Cavalheiro era funcionário chefe de uma das Companhias Imobiliárias, a CITLA – Companhia Industrial e Territorial Ltda., uma das responsáveis pela exploração dos migrantes através da contratação de jagunços para intimidá-los. Foi esta relação de exploração que ocasionou a Revolta dos Posseiros em 1957. E neste mesmo ano houve a intenção de mudar o nome avenida para “Avenida 10 de Outubro” referenciando a Revolta dos Posseiros, mas o projeto não foi aprovado no legislativo municipal.



Imagem 4. Derrubada do obelisco em homenagem a Cavalheiro.

Fonte: Revista O Cruzeiro – 1957. In: Jornal de Beltrão – Suplemento Especial, 10 de out. 2007.

Durante a revolta, posseiros exaltados derrubaram o monumento erguido (ver imagem 4) a Julio Assis Cavalheiro, qual jamais foi recolocado. A discrepância história é tão gritante que o poder público elege um funcionário da CITLA para ser um herói pioneiro; qual vem sendo reverenciado pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão como uma das grandes personalidade regionais e “vítima dos colonos revoltosos”. (CADERNO CULTURAL 9, p. 17).

É do conhecimento público, que a nomeação da avenida central com seu nome foi devido ao fato de ter realizado doações de terrenos para construção de escola, igreja e hospital na cidade de Francisco Beltrão enquanto realizava negociata de lotes urbanos com os posseiros. Como corretor de imóveis, Julio Assis Cavalheiro, valorizou a suas terras ao realizar doações de pequenas frações para a instalação de serviços públicos essenciais. Além disso, poucos sabem que o herói regional foi o empreiteiro que contratou o serviço de abertura de estradas no Sudoeste do Paraná, por tal motivo hoje é exaltado pela poder público como o construtor da cidade de Francisco Beltrão – Pr.

Nada liga diretamente a violência praticada pelos jagunços da companhia imobiliária à pessoa de Julio Assis Cavalheiro, no entanto os jagunços agiam em nome da companhia que ele gerenciava. O que confronta a alegação de desconhecimento de tais práticas que originaram a Revolta de 1957.

Outra situação desta acuidade é a nomeação do Hospital Regional Walter Alberto Pecóits, líder civil da Revolta dos Posseiros (imagem 5). Fontes orais apontam que o mesmo assumiu a liderança da revolta somente quando a situação já havia sido negociada, uma excelente comedeira política.



Imagem 5. Hospital Regional Dr. Walter Alberto Pecoits, em homenagem ao “herói-pioneiro”.

Fonte: Google Imagens.

A historiadora Éverly Pegoraro, fazendo referência à entrevista concedida por Manoela Pecoits – esposa de Walter Pecoits - afirma que

Walter Pecoits, em Francisco Beltrão, tinha o direito de posse sobre vários terrenos. “A gente comprava de proprietários, assim não tinha escritura, não tinha nada, era no papelzinho, davam ali, *vendi para o doutor Valter, por tanto, o lote número tal*” (PÉCOITS, 2007). Além disso, por ser médico, desenvolveu laços de amizades com os colonos, fruto do convívio diário e do trabalho no hospital. A esposa Manoela o auxiliava nas cirurgias, atendia a farmácia e administrava o hospital. (PEGORARO, 2008, p. 124).

O artigo publicado por Pegoraro nos apresenta o Dr. Walter Pecoits como um posseiro qual tinha interesses em legalizar os lotes que estava

adquirindo na cidade como investimento financeiro. Afirma ainda que o referido “herói” possuía envolvimento comercial pelo serviço prestado como médico aos colonos e na venda de medicamentos, quais exigia como garantia de pagamento de seus serviços uma espécie de aval de algum comerciante ou patrão do posseiro. Por este ponto de vista, apesar da amizade entre os colonos e o médico, não há nada de heroico numa relação de interesses comercial.

Walter Pecóits se projetou na carreira política sendo eleito prefeito no ano de 1960, permanecendo dois anos na função até renunciar em 1963 para assumir o cargo de Deputado Estadual. O “herói” regional teve sua breve estadia no executivo municipal de Francisco Beltrão-Pr marcada por denúncias de corrupção por parte do Legislativo. Em discurso na Câmara de Vereadores, em 09 de abril de 1961, Walter Pécoits foi acusado pelo Vereador Agostinho Michels de estar articulando política com a administração, acumular salários de prefeito com o de inspetor escolar, contratar excesso de funcionários e pagar altos salários a funcionários municipais com dinheiro público. (CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, 2002, p. 46).

Outra questão dúbia sobre a Revolta, aponta para um dos maiores símbolos que a define como movimento social, trata-se da foto que segue na imagem 6. Ela teria sido supostamente produzida em 10 de outubro de 1957, retratando os posseiros ostentando a bandeira do Brasil no ombro em pleno fervor do acontecimento. A foto se tornou um emblema do movimento social, sendo amplamente divulgada em todo o território nacional. Relatos não oficiais afirmam que tal fotografia não fora produzida em plena revolta, mas sim, elaborada dias após o conflito, com sujeitos barbeados e limpos, para que assim fosse lembrado.

Fora mais um símbolo criado pelos pensantes da Revolta de 1957 para a manipulação e solidificação da memória coletiva e seletiva no Sudoeste paranaense, em prol de uma História considerada como adequada, justa e concordada. Assim como os “pioneiros” supracitados, demais eleitos como heróis/pioneiros da região são pessoas que prosperaram economicamente; e que se estudados com a devida aplicação pela História cor-

rem um grande risco de se tornarem os anti-heróis da Revolta dos Posseiros.⁵



Imagem 6. Posseiros da Revolta de 1957. Revolta de 1957 na praça da cidade de Francisco Beltrão e se tornou um símbolo do movimento social. O Sr. Olívio Giusti (segurando a bandeira), Sr. Luis Lorenazeti e o Sr. Nelson Meca.

Fonte: Acervo do Departamento de Cultura Memorial de Francisco Beltrão - PR.

Podemos ainda citar o caso do “herói” Pedro Santin suposto foragido da justiça argentina por crimes praticados naquele país, qual exerceu atividade de liderança na faixa de fronteira durante a Revolta de 1957, em específico na cidade de Capanema - Pr. (PEGORARO, 2008, p. 111).

⁵ Entendido neste artigo como anti-heróis indivíduos que realizam ações julgadas eticamente corretas por motivos imorais, banais ou em proveito próprio.

Sobre Pedro Santin, conta-se que durante a Revolta de 1957 alguns funcionários das Companhias Imobiliárias haviam sido presos e o Coronel Alcebiades, para evitar que estes fossem mortos, mandava-os para Foz do Iguaçu sob escolta dos próprios posseiros. O último a ser enviado foi Antônio Borges ver imagem 7, empregado da CITLA que com 19 anos de idade confessou ter praticado diversos crimes (entre eles estupro das mulheres colonas) a mando de seu patrão funcionário da Companhia Imobiliária.

Encarregados de sua escolta ficaram Pedro Santin, Pedro Pinto e mais um colono não identificado, saíram de manhã e na manhã do outro dia já haviam retornado. Desconfiando, pois precisariam de aproximadamente quatro dias para ir e retornarem de Foz do Iguaçu, o Coronel Alcebiades se deslocou com um cabo, Mário de Moraes repórter da *Revista O Cruzeiro*, e mais dois funcionários municipais. Estes ao atingirem quarenta quilômetros de Capanema encontraram o corpo desfalecido de Antonio Borges, atingido por diversos disparos pela frente. Havia sido executado pela sua escolta. (ZATTA, 2009, p. 54).



Imagem 7. Foto do preso Antônio Borges (de costa e algemado) à direita encontra-se Pedro Santin. Ao lado o corpo do prisioneiro após ser executado por sua escolta. **Fonte:** Jornal de Beltrão “No tempo da Revolta.” 19 de julho de 2007.

Para evitar que esta morte eclodisse num conflito armado entre jagunços e posseiros, o Coronel mandou que colonos enterrassem o corpo do prisioneiro. Havia cerca de duzentos jagunços armados na cidade vizinha de Santo Antonio do Sudoeste, e o caso manteve-se a surdina. No mesmo dia, sem que ninguém soubesse, requereu reforço ao Coronel Henrique Dias da Região Militar de Curitiba, sendo prontamente atendido em sua solicitação. Foram lhe enviado por caminhão com trinta soldados armados e equipados para a cidade Capanema qual permaneceram sob suas ordens até o fim do conflito. (ZATTA, 2009, p. 54).

Sabemos que muitos dos comerciantes regionais, mesmo quando não possuíam títulos de posses para requerer, tinham interesses comerciais com os colonos, pois “o conflito faz parte da vida social dos homens, portanto, se constitui numa forma de relacionamento social”. (MYSKIW, 2002, p. 39). E desta maneira, era conveniente e interessante a paz social na região para que se prosperasse o progresso das relações de comércio.

Entre estes comerciantes estava Jácomo Trento, o vulgo Porto Alegre, um vendedor que transitava pelo Sudoeste oferecendo diversos produtos. Fato que levou este homem a ter um bom relacionamento com os colonos na região de Pato Branco, sendo eleito por eles como um homem de confiança, confidente, dos relatos de supostas arbitrariedades cometidas pelos jagunços e funcionários das companhias imobiliárias. Porto Alegre recolhia as queixas dos colonos e as transmitia ao radialista Ivo Thomazoni da Rádio Colméia de Pato Branco, rádio esta que se eternizou como o porta-voz da revolta.

A relação comercial, entre Porto Alegre e os colonos, é confirmada pelo sonoplasta da rádio, Inelci Matiello. De acordo com Matiello, o comércio de rádios, baterias e demais materiais elétricos realizado por Porto Alegre no interior do município, também serviu para o mesmo recolher as lamentações, os crimes e atrocidades sofridas pelos colonos e posteriormente trazia as notícias para serem veiculadas pelo locutor Ivo Thomazoni. (MATIELLO *apud* PEGORARO, 2008, p. 124).

A presença militar na região por motivação da Revolta de 1957, pode ser representada pelas ações de dois chefes militares de Curitiba, o coronel Henrique Dias, Chefe do Estado Maior 5ª Região Militar de Curitiba, e o

Coronel Alcebíades da Costa, observador militar na região. Sobre sua visita na cidade de Santo Antonio do Sudoeste, o coronel Henrique Dias relata o seguinte:

Encontrei a cidade praticamente abandonada. Noventa por cento de seus habitantes apavorados, haviam invadido a Argentina e ali dormiam em barracos espalhados por todos os cantos [...] Encontrei, em Santo Antonio, 11 soldados, praticamente desarmados (cada um deles tinha 10 tiros, e mesmo assim munição de 1912). Pedi imediatamente reforços a Curitiba e me mandaram 43 homens [...] . (GOMES, 1987, p. 79).



Imagem 8. Coronel Alcebíades convida os colonos a regressarem ao Brasil.
Fonte: O Cruzeiro de 12/10/1912.

Aproximadamente 1200 agricultores haviam atravessado a fronteira de Santo Antonio (Brasil) para San Antonio (Argentina). No lado argentino os colonos brasileiros foram bem recebidos, com alimentação e alguns abrigos. De acordo com relato dos próprios colonos os oficiais argentinos foram bem cordiais com imigração forçada. (Revista “O Cruzeiro de 12 de Outubro de 1957”).

Com o efetivo reduzido a apenas onze soldados, era impossível manter a segurança nas cidades de fronteira, inclusive a própria segurança da Guarnição Militar. Mediante esta possibilidade de massacre dos soldados que encontravam em Santo Antônio do Sudoeste, pois defendiam as diretrizes do Governo Federal e logo apoiavam os posseiros, a 5ª Região Militar/Divisão de Infantaria sediada em Curitiba, envia reforços para a região.

A chegada, de parte deste efetivo, fora registrado pelo fotógrafo da Revista O Cruzeiro em 12/10/1957, sendo confirmado e republicado pela Revista Gente do Sul nº 41 de 1997 e pela coluna “No tempo da Revolta” do Jornal de Beltrão do dia 13/07/2007. Não se trata de reforço policial, mas sim militares do Exército.



Imagem 9. Chegada de reforços militares. A foto acima registra parte do grupamento enviado como reforço às tropas instaladas na cidade de Santo Antonio do Sudoeste.

Fonte: Revista Gente do Sul nº 41, 1997.

O Exército também elegeu seus “heróis” da Revolta, o cabo pernambucano Nomeriano Alves juntamente com o sargento-telegrafista João Hoffmann, foram considerados “*heróis na cidade de Capanema*”. Tal referência se encontra na Revista “O Cruzeiro de 12/10/1957”, esses militares não realizaram nenhuma façanha extraordinária que lhe rendessem o mérito, porém, pela boa convivência com os colonos ficaram reconhecidos pela comunidade e instituição que representavam. (ZATTA, 2009, p. 57).

No entanto, o Exército afirma que por cumprirem com dedicação suas funções, manter informado o escalão superior de comando na cidade de Curitiba sobre os acontecimentos na fronteira, e também por evitar que seu aparelho/posto de radiotelegrafia fosse destruído durante o levante, o sargento João Hoffmann fora promovido ao posto de 2º sargento por heroísmo imediatamente após a revolta. (BERNARDI, 2007, p. 102).



Imagem 10. Militares do Exército. Tomando chimarrão, à esquerda os emissários, o Coronel Henrique Dias de pernas cruzadas conversando com o seu colega o Coronel Alcebíades da Costa, este com a chaleira na mão. Na direita o Cabo Nomeriano Alves e usando o quepe o Sargento João Hoffmann.

Fonte: O Cruzeiro de 12/10/1957.

O que ainda não está claro aos olhos da História, no que diz respeito ao heroísmo militar informado pelo Exército, é o suposto apoio dado por esta instituição na Revolta de 1957, sendo que historicamente o Exército sempre se contrapôs aos movimentos sociais do campo em prol da reforma agrária no Brasil. Além disso, também sabemos que não há relatos de invasões/depredações por parte dos jagunços⁶ nas cidades ou vilas da região durante os dias de levante. Desta forma, fica interrogado: contra quem os militares se opuseram para praticar seus atos heroicos: os posseiros, que a Instituição Militar apoiava, ou contra os jagunços quais não se manifestaram durante os dias da revolta?

IV. Conclusão

Abordar a construção do imaginário social pioneirista no Sudoeste do Paraná, pela perspectiva da memória coletiva e das representações sociais, fez necessário interrogar e problematizar muitas questões históricas, adentrando em aspectos ou zonas de sombra que, até então, poucos haviam se manifestado, e o fizeram informalmente.

Percebeu-se que houve uma busca desenfreada da alteridade do outro para legitimar a continuidade heróica representada pela identidade coletiva sulista. Esse discurso reforça uma fronteira de exclusão do outro coletivo (no caso, inicialmente, indígenas e, posteriormente, caboclos). Ao mesmo tempo em que nega o outro, corrobora na construção identitária sudoestina. O poder público constituído percebeu e percebe a necessidade da elaboração de um discurso que pudesse melhor consolidar a “nova” região como próspera e moderna.

Essa construção é elemento característico de um discurso que visa a um projeto identitário coletivo. Sendo assim, esse projeto procura a negação do outro, esse outro configura-se na imagem estereotipada e forjada do indígena e do caboclo, de modo que se tem um discurso que pretende tornar aparente e vulgar a imagem desse outro.

⁶ Na cidade de Santo Antônio do Sudoeste - PR haviam aproximadamente 200 jagunços entrincheirados para defender as companhias imobiliárias dos posseiros revoltados.

Assim sendo, a insistência nos argumentos contribui para galvanizar entre o nós cultural representado pelo povo migrante e o outro, retratado na figura do caboclo, preguiçoso, não apto ao trabalho e sem futuro. A reafirmação constante na superioridade tanto cultural quanto moral, acaba por propiciar uma representação imagética forte da alteridade, elemento chave para forjar uma identidade sudoestina.

A ideologia dominante, que foi e continua sendo reproduzida, tem por função sedimentar uma unidade grupal interna, dessa forma, o poder político mostra-se de modo supostamente neutro, representante dos interesses de todos, porém de forma não visível, mas perceptível, é defensor dos interesses de uma elite. Todas as atividades desenvolvidas a fim de constituir um patrimônio cultural voltada à exaltação do pioneirismo são, com efeito, a demarcação de um domínio subjetivo em oposição ao outro.

As representações sociais construídas/forjadas em torno do “*pioneirismo*” desbravador, ícone do trabalho e de prosperidade são dadas como universais, sendo determinadas pelos interesses dos grupos dominantes que o forjaram. Dessa forma, as lutas pelas representações do passado são movidas pelos interesses do presente e do futuro, e são tão importantes quanto às lutas econômicas, pois é nessas representações que os grupos tentam mobilizar diversos recursos para impor a sua visão de mundo.

As políticas de memória no Sudoeste do Paraná, apoiadas nos discursos voltados à constituição do “herói” pioneiro, construíram representações e significados diversos no passado. Por outro lado, forjaram unidade de referências identitárias através de construções simbólicas e discursivas. Essas produções elaboraram uma discursividade do imaginário social pioneirista contribuindo para instituir um conjunto de valores e comportamentos regional. Ao realizar a análise destas discursividades, foi necessário adentrar em um campo teórico, exigindo um grande trabalho de interpretação. Assim também, foi preciso adentrar no mundo das ideias dos poderes instituídos para compreender como o passado está servindo para a manutenção das diversas formas de dominação.

Ao analisar o que foi produzido sobre a Região Sudoeste do Paraná, relacionado à construção do imaginário coletivo regional, constata-se que

essas políticas de memória tiveram as suas formas de demonstrar e representar este passado. No entanto, este trabalho não deixa de ser também uma interpretação do passado, pois é um trabalho que tem a intenção de mostrar que um mesmo fato histórico e social possibilita múltiplas interpretações.

Referências

- BERNARDI, Lunálva Edméa. **Santo Antonio do Sudoeste (PR): Memórias de um Povo de Fronteira**. Dissertação de mestrado. 2007. Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. **LEGISLATIVO BELTRONENSE: 50 anos de história**. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural: Entre prática e representações** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- FÉLIX, Loiva. **O. História e memória: a Problemática da pesquisa**. Passo Fundo: UPF, 2004.
- GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009, p 11 - 26.
- GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. Curitiba: Criar, 1987.
- HEINST, Andréia de Cássia. Memória e Pioneirismo: batalha de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso. In: **História, Imagem e Narrativas**. N. 5, Ano 3, Setembro 2007.
- MATIELLO, Inelci Pedro. *Entrevista*. Apud: PEGORARO, Éverly. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.

MOTTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste paranaense (1961/66)**. 2002. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense/Unioeste, Niterói, 2002.

PEGORARO, Éverly. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. **Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIBEIRO, Sarah Yurkv Gomes Tibes. O guarani no Oeste Paranaense: espacialidade e resistência. In: **Espaço Plural** – Ano VI - Nº 13 – Segundo Semestre de 2005 – Versão digital disponível na internet.

RIPPEL, Leomar. **A mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social de 1957 no Sudoeste do Paraná**. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2012.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 2. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957**. 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2ª ed; Curitiba: Ed. Vecentina, 1987.

ZATTA, Ronaldo. **Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense**. 2009. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009.

Fontes primárias

DEPARTAMENTO DE CULTURA, **Caderno Cultural 9**, Júlio Assis Cavalheiro: Centenário de Nascimento 1910-2010, Gráfica Berzon, Francisco Beltrão, 2010.

Jornal de Beltrão, 13 de julho de 2007. Biblioteca do Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão – Pr.

Jornal de Beltrão, 10 de outubro de 2007 – Suplemento Especial. Biblioteca do Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão – Pr.

RECORTE. **Revista Gente do Sul**, nº 41, 1997. Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – Pr.

RECORTE. **Revista “O Cruzeiro”**, 12 de outubro de 1957. Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão – Pr.

Artigo recebido para publicação em:

15 de abril de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

07 de junho de 2013.

Como citar este artigo:

ZATTA, Ronaldo, RIPPEL, Leomar. A eleição de “heróis” pioneiros na revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do paraná. In: *Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. 1, p. 43-68, 2013.